



Empresa Litorânea de
Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Empresa Litorânea de
Transmissão de Energia S.A.

ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ELTE - Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 379.819 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custos incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, incluindo inspeção física em base amostral, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria.

Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-1SP184050/O



Empresa Litorânea de
Transmissão de Energia S.A.

ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		240.359	461.792
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.755	1.600
Investimentos de curto prazo	5	201.977	457.335
Ativo contratual da concessão	6	26.024	-
Outros ativos		10.603	2.857
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		380.791	169.448
Ativo contratual da concessão	6	353.795	161.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	26.996	7.976
TOTAL DO ATIVO		621.150	631.240
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		29.112	20.444
Salários, férias e encargos sociais		1.354	930
Fornecedores	8	12.093	4.406
Debêntures	9	12.519	13.945
Tributos e contribuições sociais a recolher		738	1.163
Contribuições diferidas	10	2.407	-
Outros passivos		1	-
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		532.249	513.946
Debêntures	9	499.522	499.009
Contribuições diferidas	10	32.727	14.937
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.789	96.850
Capital social	12.a	112.467	112.467
Prejuízos Acumulados	12.b	(52.678)	(15.617)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		621.150	631.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa Litorânea de
Transmissão de Energia S.A.

ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implantação de infraestrutura		182.240	120.496
Remuneração ativo contratual da concessão		15.910	3.843
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	198.150	124.339
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura	14	(254.046)	(143.553)
PREJUÍZO BRUTO		(55.896)	(19.214)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(185)	(141)
		(185)	(141)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(56.081)	(19.355)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(56.081)	(19.355)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	19.020	6.732
		19.020	6.732
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(37.061)	(12.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa Litorânea de
Transmissão de Energia S.A.

ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(37.061)	(12.623)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(37.061)	(12.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	112.467	(2.994)	109.473
Prejuízo do exercício	-	(12.623)	(12.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.467	(15.617)	96.850
Prejuízo do exercício	-	(37.061)	(37.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	112.467	(52.678)	59.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Empresa Litorânea de
Transmissão de Energia S.A.

ELTE – Empresa Litorânea de Transmissão Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(56.081)	(19.355)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Encargos de dívidas	9.c	70.362	14.511
Receita de aplicações financeiras	14	(42.034)	(17.672)
Contribuições diferidas	13	20.197	12.674
		<u>(7.556)</u>	<u>(9.842)</u>
Aumento no ativo			
Ativo contratual da concessão		(218.347)	(137.013)
Outros ativos		(7.746)	(2.321)
		<u>(226.093)</u>	<u>(139.334)</u>
Aumento no passivo			
Fornecedores		7.687	3.880
Salários, férias e encargos sociais		424	930
Tributos e contribuições sociais a recolher		(425)	1.114
Adiantamento de clientes		1	-
		<u>7.687</u>	<u>5.924</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(225.962)</u>	<u>(143.252)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de investimento de curto prazo		297.836	162.518
Aplicações em investimento de curto prazo		(444)	(516.110)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>297.392</u>	<u>(353.592)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures	9.c	-	500.000
Custos de captação	9.c	442	(1.557)
Amortização e pagamento de juros de debêntures	9.c	(71.717)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		<u>(71.275)</u>	<u>498.443</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>155</u>	<u>1.599</u>
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do período		1.600	1
Saldo no final do período		<u>1.755</u>	<u>1.600</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>155</u>	<u>1.599</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “ELTE”) foi constituída em 14 de maio de 2014, e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 16º andar, Conjunto 161, Sala E – Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), e encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
016/2014	30	2044	R\$ 70.447	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

A ELTE recebeu no dia 30 de novembro de 2021 a Licença de Instalação nº 2693 (“LI”) expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), possibilitando o início da implantação da Subestação Manoel da Nóbrega de 230/88 kV.

No dia 16 de dezembro de 2022 recebeu a Licença de Instalação nº 2727 (“LI”) expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), possibilitando o início da implantação da Subestação Domênico Rangoni de 345/138 kV.

No dia 08 de maio de 2023 recebeu a Licença de Instalação nº 2747 (“LI”) expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), possibilitando o início da implantação da Linha de Transmissão 230 kV CD Henry Borden - Manoel da Nóbrega.

E, no dia 31 de outubro de 2023 recebeu a Licença de Instalação nº 2773 (“LI”) expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), que permitiu as obras da Linha de Transmissão (LT) 345kV Domênico Rangoni - Seccionamento da LT Tijuco Preto - Baixada Santista C3 e LT 138kV Seccionamento Vicente de Carvalho - Bertioga II C1 e C2 - Domênico Rangoni.

A energização deste sistema de transmissão está prevista para 2024 e sua operação irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios.

1. Contexto operacional - Continuação

O Contrato de Concessão estabelece que, após findo o período de concessão, a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 12 de março de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para a conta Concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início dos projetos da Companhia, que são de 6,61% a.a. e 6,93% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23)
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

3.12 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	1.755	1.600
	1.755	1.600

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	201.977	457.335
	201.977	457.335

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,12% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (101,13% em 31 de dezembro de 2022).

6. Ativo contratual da concessão

Movimentação do contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	24.459
Remuneração do ativo de concessão (nota 13)	4.235
Receita de infraestrutura (nota 13)	132.778
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Ativo contratual	161.472
Remuneração do ativo de concessão (nota 13)	17.532
Receita de infraestrutura (nota 13)	200.815
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo contratual	379.819
Ativo contratual da concessão - circulante	26.024
Ativo contratual da concessão - não-circulante	353.795
	379.819

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item, ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 – Orientação contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o ativo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do ativo contratual (nota 10)	35.134	35.134	14.937	14.937
Subtotal	35.134	35.134	14.937	14.937
Passivo fiscal diferido				
Conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	65.353	65.353	30.010	30.003
Diferido do ativo contratual	(108.989)	(108.989)	(37.940)	(37.940)
Subtotal	(43.636)	(43.636)	(7.930)	(7.937)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(631)	(631)	(588)	(588)
Base de cálculo	(79.401)	(79.401)	(23.455)	(23.462)
Aliquota aplicada	25%	9%	25%	9%
Total IRPJ e CSLL diferidos	(19.850)	(7.146)	(5.864)	(2.112)
Total IRPJ e CSLL diferidos		(26.996)		(7.976)

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real				
	Dezembro	Movimentação no resultado	Dezembro	Movimentação no resultado	Dezembro
	2021		2022		2023
Imposto de renda diferido	915	4.950	5.865	13.985	19.850
Contribuição social diferida	329	1.782	2.111	5.035	7.146
	1.244	6.732	7.976	19.020	26.996

8. Fornecedores

O saldo de contas a pagar a fornecedores da Companhia representa obrigações com fornecedores de bens comprados e serviços prestados no curso normal do negócio, que será liquidado no período de 12 meses. Adicionalmente, a Companhia não realiza nenhuma operação de "forfait" para viabilizar o pagamento dos seus credores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante em aberto com fornecedores de R\$ 12.093 (R\$ 4.406 em 31 de dezembro de 2022).

9. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não circulante		
			Encargos	Custo a amortizar	31/12/2023	Principal	Custo a amortizar	31/12/2023
Debêntures - 1ª Emissão	15/10/2025	DI + 1,35%	13.156	(637)	12.519	500.000	(478)	499.522
			13.156	(637)	12.519	500.000	(478)	499.522

Em 15 de outubro de 2022, a Companhia realizou a 1ª Emissão de 500.000 debêntures, totalizando R\$ 500.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 3 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de outubro de 2025. A amortização do principal ocorrerá em parcela única na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de abril de 2023 e o último pagamento na data de vencimento (15 de outubro de 2025).

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis da Alupar Investimento S.A. (fiadora). A Companhia estará sujeita a índices financeiros calculados a partir de suas demonstrações regulatórias apenas na hipótese de emissão de novas debêntures. Em 31 de dezembro de 2023, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

b. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	Total
Debêntures - 1ª Emissão	13.156	500.000	513.156
Debêntures - Custo de captação	(637)	(478)	(1.115)
	12.519	499.522	512.041

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9. Debêntures - Continuação

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de encargos	Amortização de	Amortização do custo de	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2022	dívidas	(nota 14)	encargos	captação (nota 14)	31/12/2023
Debêntures						
Debêntures - 1ª Emissão	512.954	-	70.362	(71.717)	442	512.041
	512.954	-	70.362	(71.717)	442	512.041

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de encargos	Amortização de	Amortização do custo de	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2021	dívidas	(nota 14)	encargos	captação (nota 14)	31/12/2022
Debêntures						
Debêntures - 1ª Emissão	-	500.000	14.511	-	(1.557)	512.954
	-	500.000	14.511	-	(1.557)	512.954

10. Contribuições diferidas

O diferimento das contribuições é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	2.407	-
Pis Diferido	429	-
Cofins Diferido	1.978	-
Passivo não circulante	32.727	14.937
Pis Diferido	5.838	2.664
Cofins Diferido	26.889	12.273
	35.134	14.937

11. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

11. Provisões para contingências - Continuação

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: A Companhia não possui processos com classificação provável de perda.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas com probabilidade possível de perda:

(i) Demandas Ambientais: A Companhia possui 01 (um) processo administrativo de natureza ambiental. Não existe valor em risco, considerando que se trata de procedimento instaurado para acompanhamento de programa ambiental.

(ii) Demandas Regulatórias: A Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza cível, classificado com probabilidade de perda possível, com valor em risco de R\$ 1.300, conforme detalhado abaixo:

Ação Ordinária nº 1032155-58.2020.4.01.3400. Trata-se de ação ordinária em face da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e União, a qual foi homologado o reconhecimento administrativo da procedência do pedido com efeitos apenas em relação à ANEEL e declarado extinto o processo. Na decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da União, a autora foi condenada ao pagamento de custas e de honorários advocatícios em favor da União. Pendente de julgamento o recurso perante o TRF1.

(iii) Demandas Trabalhistas: A Companhia possui 14 (quatorze) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 449 e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, não são considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas Tributárias/Cível: não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é no valor total de R\$ 112.467 representado por 112.467.000 ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31/12/2023 e 2022	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	112.466.999	100,00%
AF Energia S.A.	1	0,00%
Total das ações	112.467.000	100%

b. Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022, prejuízos acumulados no montante de R\$ 15.617. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou prejuízo no exercício no valor de R\$ 37.061, nessa mesma data a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 52.678.

13. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	218.347	137.013
Receita de infra-estrutura (nota 6)	200.815	132.778
Remuneração do ativo de concessão (nota 6)	17.532	4.235
Deduções da receita operacional	(20.197)	(12.674)
Programa de Integração Social - PIS Diferido	(3.603)	(2.261)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS Diferido	(16.594)	(10.413)
Receita operacional líquida	198.150	124.339

14. Custo de infraestrutura

O custo de infraestrutura é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de infraestrutura		
Pessoal	(5.429)	(4.606)
Material	(143.630)	(97.821)
Serviços de terceiros	(56.074)	(21.398)
Provisões	-	(2.316)
Seguros	(1.034)	(1.060)
Tributos	(5.227)	(12.148)
Receitas financeiras	42.034	17.672
Custo de empréstimos capitalizados (nota 9.c)	(70.804)	(12.954)
Outros	(13.882)	(8.922)
Total custo de infraestrutura	(254.046)	(143.553)

15. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	1.755	1.755	1.600	1.600	-	Custo amortizado
Investimentos a curto prazo	201.977	201.977	457.335	457.335	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	203.732	203.732	458.935	458.935		
Passivo						
Fornecedores	12.093	12.093	4.407	4.407	-	Custo amortizado
Debêntures	512.041	512.041	512.954	512.954	-	Custo amortizado
	524.134	524.134	517.361	517.361		

15. Instrumentos financeiros - Continuação

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

i. Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:

Como a Companhia está em fase de construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

ii. Risco de contencioso

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

d. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

15. Instrumentos financeiros - Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2023	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimento de curto prazo		8,63%	4,32%	6,47%	10,79%	12,95%
CDI	201.977	17.431	8.725	13.068	21.793	26.156

ii. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2023; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2023	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Debêntures - 1ª Emissão		8,63%	4,32%	6,47%	10,79%	12,95%
CDI + 1,35%	512.041	51.698	29.331	40.489	62.908	74.117

16. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém contrato de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção do empreendimento, no valor de R\$ 194.939 (R\$ 140.929 em 31 de dezembro de 2022).

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Responsabilidade Civil	35.000	167	28/02/2025
Seguro Garantia	13.100	280	08/04/2024
Responsabilidade Civil	50.000	1	28/08/2024
Riscos de Engenharia	683.631	807	29/02/2026
Total	781.731	1.255	

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2